

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.231 - SP (2019/0014949-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**
ADVOGADOS : **DAGOBERTO SILVERIO DA SILVA E OUTRO(S) - SP083631**
VICTOR GABRIEL NAIDHIG DE SOUZA - SP330578
RAFAEL FARIA DE LIMA - SP300836
AGRAVADO : **VERA CRISTINA DO VALLE DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **CELSO MENEGUELO LOBO - SP204899**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR PRESCRITO PELO MÉDICO. RECUSA AO FORNECIMENTO SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONTRATUAL. CONDUTA ABUSIVA DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 186 E 927 DO CC. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por UNIMED CAMPINAS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a agravada ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização por danos morais (e-STJ, fls. 1-17), tendo o Juízo de primeiro grau julgado parcialmente procedentes os pedidos, condenando a ré a fornecer os medicamentos prescritos pelo médico, indicados na inicial, a autorizar e a cobrir as despesas pelo tratamento, bem como à cobertura de todos os materiais requisitados pelo médico da autora, sob pena de multa diária (e-STJ, fls. 300-303).

Interposto recurso de apelação pela ora agravante, o Tribunal de origem decidiu, por maioria, negar-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 337):

APELAÇÃO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - PLANO DE SAÚDE - NEGATIVA DE COBERTURA PARA O MEDICAMENTO PRESCRITO POR MEDICO - É indevida a negativa de fornecimento da medicação Eritropoietina Recombinante Humana,

ligado à hemodiálise - Aplicação da Lei nº 9.656/98 - Abusividade de cláusula impeditiva do restabelecimento da saúde, atenta contra a expectativa do consumidor quanto ao plano de saúde contratado, sendo, portanto, nula de pleno direito - Aplicação dos artigos 46, 51, IV e § 1º, II, do Código de Defesa do Consumidor Súmula 102 deste E. TJSP - Precedentes jurisprudenciais do STF (Resp. Nº 668.216/SP) Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 10, VI, e 12, II, d, da Lei n. 9.656/1998; 51, VI, e § 1º, II, 54, § 4º, do CDC; 186 e 927 do CC.

Defendeu, em síntese, que não pode ser obrigada a arcar com obrigações não previstas no contrato, como a determinação, no presente caso, de concessão de medicamentos domiciliares.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 367-371).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial por não ter sido demonstrada a fundamentação necessária que sustentasse a alegada ofensa a lei federal e em virtude da incidência da Súmula n. 7/STJ.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência desta Corte no sentido de ser abusiva a recusa pela operadora de plano de saúde ao custeio de fármaco prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, mesmo que de uso domiciliar.

Nessa linha de entendimento:

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECUSA À COBERTURA DE TRATAMENTO DE SAÚDE. MEDICAMENTO IMPORTADO E/OU TRATAMENTO DOMICILIAR. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. CLÁUSULA ABUSIVA. OBRIGATORIEDADE DO CUSTEIO.

1. Ação de obrigação de fazer ajuizada em 11.03.2014. Agravo em Recurso especial atribuído ao gabinete em 25.08.2016. Julgamento: CPC/73.

2. Cinge-se a controvérsia a definir sobre a abusividade de cláusula contratual de plano de saúde que restringe o fornecimento de medicamento importado e de uso domiciliar.

3. Ausente o vício do art. 535, II do CPC/73, rejeitam-se os embargos de declaração.

4. A ausência de decisão acerca dos argumentos invocados pela recorrente e dos dispositivos legais indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

5. O STJ possui entendimento no sentido de que é irrelevante a discussão acerca da aplicação das disposições contidas na Lei 9.656/98, uma vez que as cláusulas contratuais dos planos de saúde devem ser analisadas de acordo com as disposições do Código de Defesa do Consumidor, conforme determina a Súmula 469 do STJ.

Precedentes.

7. Se o contrato de seguro de saúde prevê a cobertura do tratamento da doença crônica que acomete a recorrida, são abusivas as cláusulas contratuais que limitam seu direito ao tratamento contratado.

8. Recurso especial conhecido parcialmente, e nessa parte, desprovido.

(REsp 1641135/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 10/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. COBERTURA. NEGATIVA. ALEGAÇÃO DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR. DANO MORAL CONFIGURADO.

1. Revela-se abusiva a recusa de custeio do medicamento prescrito pelo médico responsável pelo tratamento do beneficiário, ainda que ministrado em ambiente domiciliar. Precedentes do STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1064435/GO, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 23/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE TRATAMENTO DOMICILIAR. RECUSA INDEVIDA. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. REEMBOLSO DEVIDO. HOSPITAL CREDENCIADO. RECUSA DA TABELA PADRÃO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. NEGADO PROVIMENTO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior entende que nos casos em que há previsão de cobertura para a doença do consumidor, consequentemente haverá cobertura para procedimento ou medicamento necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas no referido plano, inclusive quando se tratar de medicamento domiciliar. Precedentes.

2. A modificação das conclusões do v. acórdão recorrido, nos moldes em que postulado pela ora recorrente, demandaria a análise de cláusulas do contrato original firmado entre as partes e das peculiaridades fáticas do tratamento pleiteado, o que encontraria óbice nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça. 3. A questão relativa à negativa do hospital de receber os valores estabelecidos na tabela padrão não foi tratada pelas instâncias ordinárias, inexistindo, portanto, o necessário prequestionamento.

Incide, no ponto, a Súmula 211/STJ, pois não houve alegação específica, nas razões do recurso especial, quanto a violação do art.

535 do CPC/73.

4. Agravo Interno ao qual se nega provimento.

(AgInt no AREsp 885.772/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 31/10/2017)

Assim, incide a Súmula 83/STJ, na hipótese.

Ademais, concernente à suposta ofensa aos arts. 186 e 927 do CC, constata-se que a agravante não demonstrou, na petição de recurso especial, de que forma os dispositivos legais acima mencionados foram violados. Desse modo, não havendo fundamentação, o apelo especial mostra-se deficitário nesse ponto, atraindo, com isso, a incidência do verbete n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. ART. 932 DO CPC/2015. INAPLICABILIDADE.

1. O marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de 2015 é a intimação da decisão recorrida, que, no presente caso, foi realizada sob a égide do antigo Código Processual. Precedente.

2. O recurso especial que indica violação dos artigos 165 e 458 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

3. O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o disposto no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015, firmou o entendimento de que este dispositivo só se aplica para os casos de regularização de vício formal, não se prestando para complementar a fundamentação de recurso interposto. Precedentes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1273978/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 04/09/2018)

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios em 3% (três por cento) sobre o valor atualizado da causa, em favor do advogado da parte recorrida.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

